

De Pessoas de Interesse a Populações: A Industrialização do Perfilamento

O surgimento do perfilamento — do escrutínio manual e direcionado de “pessoas de interesse” específicas para a monitorização automatizada e contínua de populações inteiras — representa uma das transformações mais profundas no exercício do poder, no papel da tecnologia e nos limites da autonomia individual. O que antes exigia um esforço humano significativo, priorização institucional e seleção deliberada, evoluiu para uma infraestrutura fluida que gera, agrega e analisa dados comportamentais de bilhões de pessoas em tempo real, frequentemente como um subproduto incidental da vida quotidiana.

Esta transformação não foi predeterminada pela tecnologia sozinha. Emergiu da interação entre a expansão burocrática, crises de segurança repetidas, incentivos económicos ligados à monetização de dados e a redução implacável do custo marginal da recolha, armazenamento e inferência de dados. O resultado não é simplesmente “mais vigilância”, mas um regime qualitativamente diferente: um que substitui o atrito natural por uma escala sem atrito, a discricção humana pela automação algorítmica e a suspeita excepcional sobre poucos pela observação básica sobre muitos.

No seu cerne reside uma metamorfose fundamental: o perfilamento passou de uma **arte artesanal** — seletiva, intensiva em trabalho e explicativa — para um **processo industrial** — universal, automatizado e preditivo. O que se segue traça essa transformação, identificando os momentos em que as restrições se erosionaram e novas capacidades se cristalizaram num sistema de inferência contínua e em escala populacional.

I. Fundamentos: O Perfilamento como Prática Seletiva e Manual

O perfilamento, na sua forma mais básica, envolve a recolha e interpretação sistemática de informação para inferir características, prever comportamentos ou atribuir categorias de risco. As suas origens remontam à Antiguidade.

Impérios antigos realizavam censos não apenas para fins de tributação ou conscrição, mas também para classificação. As autoridades romanas e os administradores imperiais chineses classificavam populações por ocupação, lealdade e estatuto, produzindo mapas relacionais iniciais que podiam identificar potenciais ameaças. Instituições religiosas mantinham registos de nascimentos, casamentos, confissões e conduta moral, construindo proto-grafos sociais que revelavam redes de influência e desvio.

No entanto, estes sistemas partilhavam uma restrição definidora: **a informação era cara**. Recolher, verificar, armazenar e interpretar dados exigia um trabalho humano significativo. Como resultado, o perfilamento permaneceu **seletivo, episódico e limitado**. Focava-se

em elites, dissidentes ou grupos estrategicamente relevantes — não em populações inteiras.

Esta seletividade persistiu na Europa moderna inicial, mesmo com a expansão dos aparatos de vigilância dos Estados. Os esforços de inteligência visavam hereges, rivais políticos, contrabandistas e agentes estrangeiros através de informadores, correspondência interceptada e vigilância física. Os *cabinets noirs* — ou Câmaras Negras — de França e outros Estados exemplificavam esta abordagem: equipas de funcionários abriam manualmente cartas, copiavam-nas e selavam-nas novamente para entrega. Estas operações eram inerentemente limitadas. Focavam-se em alvos de alto valor porque qualquer coisa mais ampla era logisticamente impossível.

Mesmo nesta fase, o poder dos **metadados** era claramente compreendido. A informação sobre a comunicação — remetente, destinatário, timing e rota — podia expor redes e intenções sem necessidade de acesso ao conteúdo. O escândalo de espionagem do Correio Britânico de 1844 trouxe isto para o foco público. O revolucionário italiano Giuseppe Mazzini, exilado em Londres, suspeitava que as suas cartas eram abertas pelas autoridades a pedido de potências estrangeiras. Ele e os seus apoiantes colocavam sementes de papoila e grãos de areia dentro dos envelopes como marcadores; quando as cartas chegavam perturbadas, Mazzini pressionou o deputado radical Thomas Duncombe a levantar a questão no Parlamento. O escândalo resultante revelou a abertura sistemática de cartas sob mandados emitidos pelo Secretário do Interior Sir James Graham, provocando indignação, inquéritos parlamentares e a eventual abolição do departamento secreto do Correio. Marcou um dos primeiros pânicos modernos de privacidade e sublinhou como os dados relacionais por si só podiam dismantelar redes de associação.

Em resposta, surgiram normas legais como o “segredo da correspondência” (*Briefgeheimnis, secret de la correspondance*). Estes princípios restringiam o uso de dados de comunicação estritamente a fins operacionais como a entrega, proibindo a exploração secundária para vigilância ou perfilamento. A ideia subjacente era simples mas profunda:

Os dados gerados para uma função específica não devem ser reutilizados para construir perfis mais amplos de indivíduos ou redes.

Este princípio ecoaria ao longo dos séculos — mas acabaria por se erosionar sob pressão tecnológica e institucional.

II. O Século Burocrático: Escalada sem Automação

O século XX expandiu dramaticamente o perfilamento enquanto preservava muitas das suas restrições anteriores. As exigências da guerra total requeriam recolha de informação sem precedentes. A censura postal, a inteligência de sinais e a quebra de códigos estenderam a vigilância para além das elites a populações mais amplas. Instituições como a Agência de Segurança Nacional institucionalizaram a interceção em larga escala, enquanto agências domésticas compilavam extensos ficheiros sobre grupos políticos, radicais suspeitos e redes criminosas.

No entanto, o perfilamento permaneceu **fundamentalmente direcionado**. As escutas telefônicas estavam ligadas a indivíduos ou linhas específicas. Os ficheiros de inteligência eram curados por analistas humanos. Mesmo com o aumento do volume, **a atenção humana permaneceu o gargalo**.

Os primeiros sistemas de computação (décadas de 1950-1970) começaram a alterar a escala do registo de dados. Governos e empresas digitalizaram listas de bem-estar social, históricos de crédito e bases de dados criminais, permitindo recuperação e cruzamento mais rápidos. Mas estes sistemas ainda operavam sobre **registos discretos**, não fluxos contínuos de comportamento.

Até aos anos 1970, preocupações com “bancos de dados” centralizados levaram a respostas legais. A Lei de Privacidade dos EUA de 1974 e as primeiras leis europeias de proteção de dados introduziram princípios de limitação de finalidade, minimização de dados e transparência. Estes quadros estenderam a lógica do segredo da correspondência à era digital.

No entanto, foram construídos sobre uma suposição crucial: que a recolha de dados era **limitada e episódica**. Regulavam registos — não fluxos. Esta suposição entraria em colapso em breve.

III. O Ponto de Inflexão: De Registos a Exaustão de Dados

A rutura decisiva ocorre no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 com o surgimento da Internet — não apenas como meio de comunicação, mas como infraestrutura que produz continuamente dados.

Os sistemas digitais geram **exaustão de dados**: metadados criados automaticamente como subproduto da atividade ordinária. Cada ligação, consulta, clique e movimento produz vestígios que podem ser registados, armazenados e analisados a custo negligenciável.

Isto marca a viragem decisiva:

▮ O perfilamento deixa de ser uma atividade realizada sobre dados e torna-se uma infraestrutura que os produz continuamente.

Os fornecedores de serviços de Internet capturam registos de ligação, consultas DNS e informação de encaminhamento, revelando padrões de comportamento mesmo sem acesso ao conteúdo. Ao contrário dos metadados postais — efémeros e descentralizados — os metadados digitais são persistentes, centralizados e trivialmente pesquisáveis.

Sobre esta infraestrutura, plataformas como Google e Meta transformaram o perfilamento num modelo económico central. Os motores de busca capturam intenção; as redes sociais mapeiam relacionamentos; os ecossistemas móveis rastreiam movimento. Os rastreadores incorporados estendem a visibilidade a vastas porções da web. Os píxeis de rastreamento da Meta, presentes em cerca de um terço dos sites populares do mundo, moni-

torizam atividade muito além das suas próprias plataformas, capturando frequentemente sinais sensíveis de contextos de saúde, finanças ou política.

Uma percepção crítica emerge neste ambiente:

O conteúdo torna-se em grande parte redundante. Em muitos casos, os padrões relacionais não são meros proxies para o significado — são mais analiticamente úteis do que o conteúdo em si.

Os metadados não indicam simplesmente que a comunicação ocorreu; permitem a **re-construção probabilística do conteúdo**. Quem comunica com quem, quando, com que frequência e em que contexto mais amplo pode restringir fortemente o que está a ser comunicado. A informação publicamente disponível — afiliações partilhadas, papéis profissionais, posições políticas, laços sociais — estreita ainda mais o espaço de interpretações plausíveis.

Com o tempo, estas restrições tornam-se preditivas. Os metadados não são meramente descritivos; são geradores. Não acompanham simplesmente o conteúdo — podem frequentemente **aproximá-lo ou inferi-lo**, especialmente quando agregados em escala.

As consultas de pesquisa revelam intenção. A frequência de comunicação revela a força do relacionamento. A co-localização revela associação. Em escala suficiente, estes sinais convergem em modelos comportamentais altamente precisos que frequentemente tornam o acesso direto ao conteúdo desnecessário.

Os sistemas corporativos otimizam o comportamento para monetização; os sistemas estatais restringem-no para controlo — mas ambos dependem da mesma maquinaria subjacente: **previsão através de inferência comportamental em larga escala**.

IV. Identidade sem Escape: Âncoras Persistentes

Uma característica definidora do perfilamento industrial é o surgimento de **identidade persistente**.

Os sistemas anteriores dependiam de identificadores mutáveis — nomes, documentos, endereços — que podiam ser alterados ou obscurecidos. Os sistemas modernos reconstroem a identidade através de sinais sobrepostos:

- Impressões digitais de dispositivos
- Padrões comportamentais
- Grafos sociais
- Marcadores biométricos (rostos, marcha, voz)

Imagens partilhadas publicamente servem como âncoras duradouras. Mesmo quando os indivíduos mudam de contas ou adotam pseudónimos, sistemas de reconhecimento facial — particularmente em contextos estatais ou de inteligência — podem reconectar identidades através de conjuntos de dados. A co-ocorrência em fotografias ou eventos partilhados reforça ainda mais os relacionamentos inferidos.

A implicação é profunda:

A identidade deixa de ser algo que se declara, para ser algo que se infere continuamente.

Isto elimina grande parte do atrito que antes restringia a vigilância. A identificação não depende de um único sinal; emerge da redundância em muitos.

V. Fusão: De Pontos de Dados a Ontologias

O culminar desta evolução é a **fusão de dados**: a integração de conjuntos de dados díspares em sistemas analíticos unificados.

Plataformas como a Palantir Technologies agregam registos governamentais, transações financeiras, atividade em redes sociais, dados de localização e metadados de comunicações em modelos coerentes de indivíduos e redes. Estes sistemas constroem ontologias dinâmicas que permitem aos analistas consultar relacionamentos, detetar padrões e gerar previsões.

Um exemplo concreto ilustra a mudança. Na aplicação da lei de imigração, a ferramenta ELITE (Enhanced Leads Identification and Targeting for Enforcement) da Palantir preenche mapas com potenciais alvos, recorrendo a registos de vistos, dados de emprego, metadados de telemóveis, conexões sociais e até informação de endereços do Medicaid ou do HHS para atribuir “pontuações de confiança de endereço” e gerar dossiês. Os agentes podem identificar bairros “ricos em alvos” para operações, sinalizando indivíduos não apenas com base em evidência direta, mas porque a **assinatura comportamental e relacional** deles se assemelha a casos previamente identificados. Fusão semelhante aparece em ferramentas como o ImmigrationOS, que integra históricos de viagens, biométricos e dados sociais para priorização.

A suspeita deixa de ser descoberta — é **gerada**.

O perfilamento não documenta simplesmente a realidade; constrói-a ativamente ao trazer à superfície associações probabilísticas que se tornam operacionalmente acionáveis.

VI. Da Explicação à Prevenção

O perfilamento tradicional era em grande parte retrospectivo. Procurava explicar ações passadas — quem cometeu um crime, quem organizou um complô, quem representava uma ameaça.

O perfilamento industrial é preditivo e preventivo. Identifica:

- Quem pode cometer um crime
- Onde o crime pode ocorrer
- Quem pode incumprir, radicalizar-se ou desviar-se

Esta lógica é frequentemente comparada à visão retratada em *Minority Report*, onde indivíduos são detidos antes de cometerem crimes. Embora os sistemas contemporâneos careçam de previsão determinística, a semelhança estrutural é clara: ferramentas de policiamento preditivo analisam dados históricos, chamadas para o 112, leitores de matrículas e sinais sociais para gerar “listas quentes” ou pontuações de risco.

Os sistemas modernos operam sobre probabilidade. Os indivíduos são sinalizados não porque vão agir, mas porque **se assemelham estatisticamente a outros que agiram**.

A mudança é sutil mas profunda:

Os indivíduos deixam de ser julgados principalmente pelas suas ações, mas pela sua posição num panorama probabilístico.

A suspeita torna-se estrutural — gerada continuamente em vez de desencadeada por eventos discretos.

VII. A Lei na Era da Inferência

Quadros legais como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados tentam impor limites através do consentimento, transparência e minimização. No entanto, enfrentam restrições estruturais.

A maioria dos sistemas legais regula **os dados como objeto**. O perfilamento moderno deriva o seu poder de **relacionamentos e inferências**, que são muito mais difíceis de definir, observar ou restringir.

Desafios adicionais incluem:

- Fluxos contínuos de dados através de jurisdições
- Exceções amplas para segurança nacional e “interesses legítimos”
- Sistemas algorítmicos opacos resistentes à supervisão

O resultado é um desfasamento persistente:

Quadros legais concebidos para uma era de registos lutam para governar uma era de inferência preditiva contínua.

VIII. A Assimetria de Poder

O perfilamento industrial produz um desequilíbrio estrutural.

Os indivíduos geram dados continuamente através da participação na vida moderna. A evitação é possível, mas cara e incompleta. Enquanto isso:

- As empresas mantêm sistemas opacos protegidos pelo segredo
- Os Estados acedem e integram dados através de autoridade legal ou parcerias
- A complexidade técnica obscurece a prestação de contas

O resultado é uma assimetria clara:

Os muitos são tornados legíveis; os poderosos permanecem comparativamente opacos.

IX. Interiorização: O Perfilamento e a Autorregulação do Comportamento

Para além das suas dimensões institucionais e tecnológicas, a industrialização do perfilamento produz uma transformação psicológica profunda. A vigilância deixa de operar apenas como uma força externa; torna-se interiorizada.

Esta dinâmica foi antecipada por Michel Foucault na sua análise do panóptico: um desenho prisional teórico de Jeremy Bentham no qual os reclusos, visíveis a um observador central que não conseguem ver, interiorizam a disciplina e regulam o seu próprio comportamento sob a incerteza de serem constantemente observados. O poder do panóptico reside não na observação perpétua, mas na **antecipação** dela.

O perfilamento industrial estende dramaticamente esta lógica. Os indivíduos operam em ambientes onde as ações podem ser registadas, analisadas e interpretadas de formas opacas — por plataformas que otimizam o engagement ou por Estados que avaliam risco. O resultado é uma mudança para a **autorregulação**.

Isto manifesta-se como:

- Autocensura em publicações, pesquisas ou associações
- Evitação de certos grupos, tópicos ou locais
- Alinhamento com normas percebidas para minimizar pontuações de risco
- Modificação do comportamento em contextos digitais e físicos

Crucialmente, estas adaptações não requerem coerção explícita. Surgem da antecipação.

O controlo é exercido não apenas através do que os sistemas fazem, mas através do que os indivíduos evitam fazer.

Os efeitos estendem-se para além dos indivíduos. À medida que as pessoas se autocensuram e se auto-separam, os dados gerados reforçam padrões, moldando previsões futuras. O sistema não apenas observa a realidade — remodela-a subtilmente, criando ciclos de retroalimentação que normalizam a conformidade.

X. O Fim da Vigilância Seletiva

O perfilamento sofreu uma transformação fundamental:

- De **direcionado** para **universal**
- De **manual** para **automatizado**
- De **retrospectivo** para **preditivo**

- De **fragmentado** para **integrado**

Os sistemas anteriores eram limitados pelo atrito — custo, tempo, atenção humana. Os sistemas industriais removem estas restrições. A monitorização torna-se ambiente. A inclusão torna-se padrão.

O princípio de que os dados devem servir apenas o seu propósito imediato deu lugar a um paradigma no qual **todos os dados são potencialmente exploráveis**.

XI. Conclusão: O Preço da Participação

O longo arco desde o segredo postal até à fusão de dados digitais revela um padrão consistente: cada expansão tecnológica aumenta o âmbito do perfilamento, enquanto as respostas legais e sociais ficam para trás. O que distingue o presente é o estrutural. O perfilamento deixa de ser uma atividade dirigida a indivíduos específicos — torna-se uma infraestrutura dentro da qual os indivíduos existem.

A categoria de “pessoa de interesse” dissolve-se. Todos se tornam sujeitos a avaliação contínua.

Esta transformação é sustentada não apenas pelo poder estatal, mas por incentivos económicos. Plataformas que parecem gratuitas operam através da extração de dados comportamentais. A frase *“se não estás a pagar pelo produto, tu és o produto”* capta uma intuição — mas subestima a realidade.

O que é produzido não é o indivíduo, mas um **modelo preditivo** do indivíduo — portátil, acionável e frequentemente inacessível à pessoa que representa.

Um desafio central reside numa lacuna entre perceção e realidade.

Primeiro, as pessoas subestimam o **impacto** do que é conhecido. O perfilamento opera através de associação. Relacionamentos — passados, fracos ou indiretos — podem moldar resultados. Uma ligação a alguém que mais tarde se torna indesejável pode influenciar oportunidades. Julga-se alguém não apenas individualmente, mas relacionalmente.

Segundo, as pessoas subestimam o **âmbito** do que pode ser conhecido. Os sistemas inferem atributos sensíveis — políticos, religiosos, sexuais, económicos — não a partir de divulgação explícita, mas de padrões. Estas inferências tornam-se operacionais independentemente da sua precisão.

Os indivíduos são avaliados não apenas pelo que revelam, mas pelo que pode ser inferido — e por quem estão ligados.

A participação na vida digital implica assim uma troca implícita: conveniência por legibilidade. Esta troca não é transparente nem negociável.

O desafio não é travar a dataficação, mas restringi-la — restaurar atrito, impor limites e garantir prestação de contas.

A questão central é clara:

A intervenção ocorrerá antes que a infraestrutura de perfilamento permanente se torne demasiado profundamente enraizada para ser desafiada de forma significativa?

Na ausência de tal intervenção, o custo da participação não será apenas dados — mas a erosão gradual da fronteira entre ser observado, ser inferido e, em última análise, ser definido.